

Paulo Lôbo

DIREITO CIVIL EM PRINCÍPIOS

Área específica
DIREITO CIVIL.

Áreas afins do livro
DIREITO CONSTITUCIONAL; DIREITO
EMPRESARIAL; TEORIA GERAL DO DIREITO.

Palavras-chave
DIREITO CIVIL; PRINCÍPIOS; PRINCÍPIOS
JURÍDICOS; INTERPRETAÇÃO JURÍDICA;
FUNDAMENTOS DO DIREITO CIVIL.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 4180

Direito CIVIL

Em princípios

Paulo Lôbo

FORUM

Esta obra é destinada aos que se interessam pelos estudos, interpretação e aplicação dos princípios fundamentais do direito civil brasileiro. Destina-se, igualmente, aos estudantes de graduação e pós-graduação em direito, como fundamentação teórica para seus trabalhos acadêmicos nessa área. Pretende, ainda, ser útil às atividades argumentativas dos que atuam no sistema de justiça (advogados, magistrados, promotores), pois os princípios são fundamentos recorrentes em decisões judiciais, máxime no STF e no STJ, algumas com citações do autor desta obra nos votos. Os princípios jurídicos revelam-se imprescindíveis à compreensão do direito civil na sociedade complexa e mutante de nossa contemporaneidade e para efetivação dos direitos fundamentais de todas as dimensões nas relações privadas.

APRESENTAÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1	
CONCEPÇÃO, ÂMBITO E CARACTERÍSTICAS DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS.....	11
1.1 Princípio jurídico	11
1.2 Os princípios jurídicos na experiência brasileira	15
1.3 Aplicação direta dos princípios jurídicos no direito civil.....	16
1.4 Colisão de direitos fundamentais repercute nos princípios jurídicos?	21
1.5 Interpretação dos princípios jurídicos.....	24
1.6 O problema da indeterminação do conteúdo dos princípios.....	28
1.7 Proporcionalidade e Razoabilidade: princípios ou metanormas?	31
1.8 Aplicação dos princípios pela Jurisprudência brasileira nas relações privadas	32
CAPÍTULO 2	
PRINCÍPIOS E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL	35
2.1 Direito civil e Constituição	35
2.2 Incorporação da ordem privada nas Constituições	37
2.3 Estado Social como parâmetro de conformação dos princípios e das normas infraconstitucionais civis.....	38
2.4 Situando a crise do Estado Social	41
2.5 Sentido de unidade hermenêutica na aplicação do direito civil.	43
2.6 Constitucionalização do direito civil em geral.....	45
2.7 Constitucionalização como fato e metodologia civil constitucional como doutrina	47
2.8 Constituição como núcleo fundamental do sistema de direito civil.....	49
2.9 Força normativa superior da Constituição nas relações civis	51
2.10 Primado da pessoa humana.....	52
2.11 Permanência necessária da constitucionalização do direito civil.....	55
2.12 Respostas às críticas à constitucionalização do direito civil.....	57
CAPÍTULO 3	
OBSTÁCULOS À FORÇA NORMATIVA DOS PRINCÍPIOS NO BRASIL	61
3.1 Os obstáculos.....	61
3.2 Sobre a distinção de princípios e regras.....	63
3.3 Sobre ponderação, peso e colisão de princípios.....	65
3.4 Incidência dos princípios jurídicos segundo Pontes de Miranda.....	69
CAPÍTULO 4	
PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO DIREITO CIVIL EM GERAL	73
4.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	73
4.2 Princípio da solidariedade social	77
4.3 Princípio da igualdade.....	81
4.4 Princípio da tutela da vulnerabilidade.....	85
4.5 Princípio da liberdade.....	90
4.6 Princípio da autonomia privada.....	93

4.7	Princípio da autodeterminação existencial.....	97
4.8	Princípio da função social.....	99
4.9	Princípio da boa-fé.....	102
CAPÍTULO 5		
PRINCÍPIOS DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE.....		111
5.1	Direitos da personalidade como inerentes à pessoa humana.....	111
5.2	Princípio da tipicidade aberta.....	116
5.3	Princípio da unicidade da identificação pessoal.....	118
5.4	Princípio da indisponibilidade e hipóteses de autolimitação.....	120
5.5	Princípios de intransmissibilidade, irrenunciabilidade e intransmissibilidade.....	125
5.6	Princípio da liberdade de expressão e seus impactos nos direitos da personalidade.....	128
CAPÍTULO 6		
PRINCÍPIOS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS.....		135
6.1	Relações de famílias em evolução e os princípios fundamentais.....	135
6.2	Democratização das relações familiares como pressuposto de seus princípios.....	140
6.3	Trajetória progressiva das mulheres ao princípio da igualdade familiar.....	141
6.4	Princípios jurídicos especiais das relações familiares.....	144
6.5	Princípio da igualdade familiar.....	147
6.6	Princípio da liberdade familiar.....	150
6.7	Princípio da corresponsabilidade familiar.....	152
6.8	Princípio da afetividade familiar.....	154
6.9	Princípio da convivência familiar.....	157
6.10	Princípio do melhor interesse da criança.....	159
6.11	Caso exemplar da aplicação direta dos princípios nas relações familiares: o reconhecimento pelo STF da união homoafetiva...	162
CAPÍTULO 7		
PRINCÍPIOS DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES CIVIS.....		165
7.1	Princípios e deveres gerais de conduta nas obrigações.....	165
7.2	Princípio da boa-fé objetiva nas obrigações.....	169
7.3	Princípio de cooperação nas obrigações negociais.....	173
7.4	Princípio do <i>favor debitoris</i>	176
7.5	Princípio da equidade das prestações obrigacionais.....	177
7.6	Princípios da conservação e da conversão do negócio jurídico..	179
7.7	Princípio do nominalismo monetário e os novos meios de pagamento das obrigações.....	182
7.8	Princípios obrigacionais no âmbito da responsabilidade civil ...	184
CAPÍTULO 8		
PRINCÍPIOS DO DIREITO DOS CONTRATOS.....		189
8.1	Princípios contratuais e ordem econômica.....	189
8.2	Contrato e vicissitudes da economia.....	192
8.3	Valores sociais da livre iniciativa.....	194
8.4	Pressupostos fundamentais do contrato na constituição.....	196
8.5	Princípio da autonomia privada negocial.....	198
8.6	Princípio da força obrigatória do contrato.....	203
8.7	Princípio dos efeitos relativos do contrato.....	204
8.8	Princípio da função social do contrato.....	207
8.9	Princípio da equivalência material do contrato.....	210
8.10	Princípio da boa-fé objetiva no contrato.....	215
8.11	Incidência dos princípios e revisão judicial do contrato.....	217

CAPÍTULO 9	
PRINCÍPIOS DO DIREITO DAS COISAS OU TITULARIDADES.....	221
9.1 Princípio da propriedade.....	221
9.2 Força dos fatos: a tutela da posse	225
9.3 Titularidades antigas e novas	226
9.4 Princípio da tipicidade.....	229
9.5 Princípio da função social da propriedade e da posse.....	230
9.6 Princípio da sustentabilidade ambiental.....	235
9.7 Princípio de acesso aos bens comuns	237
CAPÍTULO 10	
PRINCÍPIOS DO DIREITO DAS SUCESSÕES	239
10.1 Fundamentos do direito à sucessão hereditária.....	239
10.2 Princípio do direito à herança.....	244
10.3 Princípio da saisine ou da transmissão automática da herança .	247
10.4 Princípio da igualdade de direitos sucessórios	253
10.5 Princípio da coexistência	255
10.6 Princípio da liberdade de testar.....	258
10.7 Princípio da função social da sucessão hereditária	261
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	263